



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

FL. 59
RUBRICA

PARECER JURÍDICO Nº 39/2019

Consultante: Município de Aquidabã.

Assunto: Minuta de Edital e Contrato.

Objeto: Aquisição de óculos para distribuição gratuita a pessoas carentes deste Município de Aquidabã, conforme Lei Municipal nº 61/2019 - Exclusivo para ME e/ou EPP

EMENTA - PARECER JURÍDICO - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - ANÁLISE RESTRITA AOS ASPECTOS JURÍDICOS - MINUTA EDITALÍCIA E DO CONTRATO EM CONFRONTO COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS.

Cuido de análise prévia de minuta de edital e contrato destinado a aquisição de óculos para distribuição gratuita a pessoas carentes deste Município de Aquidabã, conforme Lei Municipal nº 61/2019 - Exclusivo para ME e/ou EPP.

O parecer, portanto, está sendo proferido em cumprimento ao mandamento insculpido no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8666/93, ou seja, analisará tão somente os aspectos formais do instrumento convocatório.

Impende ressaltar que a regularidade deste processo licitatório depende da fiel observância das normas legais infraconstitucionais, sem esquecer, contudo, do pleno atendimento aos princípios da legalidade, economicidade, ampla competitividade, dentre outros explicitos no artigo 3º, da Lei nº 8666/93.

Digo isto, pois somente poderá ser tachado de regular este procedimento, acaso as etapas anteriores, cuja análise não cabe ao



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

FL. 60
RUBRIC

Jurídico imiscuir-se, tenham sido fielmente cumpridas pelos setores competentes.

Cabe alertar para a necessidade do estrito cumprimento ao disposto no artigo 3º, da Lei nº 10.520/2002, que assim preconiza:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

- I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
- II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e
- IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Seguindo essa linha de raciocínio, tem-se por necessário
que:



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

61
RUBRICA

1. No tocante à estimativa de preços, cabe ao Setor competente realizar a prévia pesquisa, encaminhando-as, já consolidadas, à Secretaria licitante;
2. Quanto à dotação orçamentária, tem-se por óbvio caber à Secretaria de Finanças informar a dotação orçamentária e reservar o saldo orçamentário suficiente para atender a esta despesa;
3. No que tange à Pregoeira, a ela cabe a preparação das minutas editalícias e contratuais, além de impulsionar o certame e decidir as questões incidentes;
4. Ao Jurídico cabe verificar a compatibilidade das minutas com a legislação em vigor.

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica reconhece a aptidão da minuta do edital e contrato, em seus aspectos eminentemente jurídicos, devendo o feito seguir em seus ulteriores termos, com a iniciação de sua fase externa.

É o parecer, s.m.j.

Aquidabã/SE, em 03 de julho de 2019.

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO SOBRAL NETO
OAB/SE 6408